

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Iguazu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3086-2600

Aos Administradores e Acionistas da
Polo Films Indústria e Comércio S.A.
Montenegro – RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Polo Films Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Polo Films Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Adiantamento para futuro aumento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha registrado em seu patrimônio líquido, na rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$ 451.000 mil (R\$ 425.496 mil em 2018) que se refere a parte do saldo de debêntures mencionadas na Nota Explicativa nº 18, no entanto, de acordo com as normas contábeis, esta operação não possui todos os critérios necessários para registro no patrimônio líquido, possuindo assim características de dívida. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante está a menor, e o patrimônio líquido está a maior naquele montante.

Quebra de *covenants*

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (Índices financeiros – *covenants*) de contrato das debêntures em 31 de dezembro de 2019 e não obteve o *waiver* dentro do exercício social, fato este que acarretou o vencimento antecipado das obrigações no montante de R\$ 657.696 mil, dos quais R\$ 173.896 mil estão classificados no passivo não circulante e R\$ 451.000 mil, estão no classificados no Patrimônio Líquido. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Consequentemente, o passivo circulante (individual e consolidado) está apresentado a menor em R\$ 624.896 mil e o passivo não circulante (individual e consolidado) a maior em R\$ 173.896 mil e o patrimônio líquido a maior em R\$ 451.000 mil, em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações financeiras, que descreve que a Companhia está em desacordo com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) constantes em contratos de debêntures, que poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos. Essas situações, indicam a existência de incerteza significativa que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em razão dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram anteriormente auditados por nós e emitimos relatório, datado em 10 de abril de 2019, com ressalva quanto ao adiantamento para futuro aumento de capital.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho das auditorias do grupo e, conseqüentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de abril de 2020



Romeu Sabino da Silva
CT.CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.565	2.290	6.841	4.987
Contas a receber de clientes	7	124.641	21.131	71.988	60.421
Estoques	8	54.208	59.693	66.291	67.621
Tributos a recuperar	9	2.211	1.522	23.103	10.250
Outras contas a receber	11	7.495	4.450	7.495	4.450
Total do ativo circulante		<u>192.120</u>	<u>89.086</u>	<u>175.718</u>	<u>147.729</u>
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	7	-	62.556	3.249	-
Ativos mantidos para venda	10	3.080	3.080	3080	3080
Tributos a recuperar	9	854	338	854	338
Partes relacionadas	12	2.318	632	-	-
Imobilizado	13	<u>174.250</u>	<u>176.888</u>	<u>174.250</u>	<u>176.888</u>
Total do ativo não circulante		<u>180.502</u>	<u>243.494</u>	<u>181.433</u>	<u>180.306</u>
Total do ativo		<u><u>372.622</u></u>	<u><u>332.580</u></u>	<u><u>357.151</u></u>	<u><u>328.035</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo circulante					
Fornecedores	14	39.986	49.515	40.865	50.643
Empréstimos e financiamentos	17	30.913	-	30.913	-
Passivo de arrendamento	5	907	-	907	-
Impostos a recolher	15	4.770	3.391	4.770	3.391
Salários e encargos sociais	16	5.815	4.473	5.815	4.473
Debêntures	18	32.800	19.539	32.800	19.539
Outras contas a pagar	19	4.124	4.744	4.743	6.907
Total do passivo circulante		119.315	81.662	120.813	84.953
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	1.854	-	1.854	-
Passivo de arrendamento	5	6.883	-	6.883	-
Provisão para perda de investimento	20	16.969	7.836	-	-
Debêntures	18	173.896	189.896	173.896	189.896
Total do passivo não circulante		199.602	197.732	182.633	189.896
Patrimônio líquido					
Capital social	22	642	642	642	642
Adiantamento para futuro aumento de capital		451.000	425.496	451.000	425.496
Reserva de capital		55.923	31.896	55.923	31.896
Prejuízos acumulados		(453.860)	(404.848)	(453.860)	(404.848)
Total do patrimônio líquido		53.705	53.186	53.705	53.186
Total do passivo		318.917	279.394	303.446	274.849
Total do passivo e patrimônio líquido		372.622	332.580	357.151	328.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	23	483.029	440.463	491.709	460.947
Custos das mercadorias vendidas	24	(442.461)	(416.446)	(447.275)	(430.032)
Lucro bruto		40.568	24.017	44.434	30.915
Despesas com vendas	25	(11.398)	(8.128)	(12.392)	(8.991)
Despesas gerais e administrativas	25	(4.514)	(10.231)	(4.546)	(10.317)
Outras receitas e (despesas)	25	7.718	8.638	468	(173)
Resultado de equivalência patrimonial	20	(9.134)	(6.945)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		23.240	7.351	27.964	11.434
Receitas financeiras	26	260	4.549	599	5.306
Despesas financeiras	26	(48.483)	(46.426)	(53.546)	(50.919)
Resultado financeiro líquido		(48.223)	(41.877)	(52.947)	(45.613)
Prejuízo antes dos impostos		(24.983)	(34.526)	(24.983)	(34.179)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(2)	-	(2)	(347)
Prejuízo do exercício		(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)
Outros resultados abrangentes:				
Resultado abrangente total	<u>(24.985)</u>	<u>(34.526)</u>	<u>(24.985)</u>	<u>(34.526)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Capital a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	651	(9)	-	6.445	(344.871)	(337.784)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	425.496	-	-	425.496
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(34.526)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	25.451	(25.451)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	651	(9)	425.496	31.896	(404.848)	87.712
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	25.504	-	-	25.504
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(24.985)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	24.027	(24.027)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	651	(9)	451.000	55.923	(453.860)	113.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)
Ajustes para				
Depreciação	28.715	28.808	28.715	28.808
Resultado de equivalência patrimonial	9.134	6.945	-	-
Despesas financeiras debêntures	41.730	43.742	41.730	43.742
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	3.834	-	3.834	-
Provisão para perdas nos estoques	638	29	60	607
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(149)	81
Baixas de bens do ativo imobilizado	-	2.089	-	2.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	-	2	347
Variações nos ativos e passivos				
Estoques	4.847	(12.693)	1.270	(10.797)
Contas a receber de clientes	(40.954)	(9.635)	(14.667)	(15.641)
Outras contas a receber	(3.045)	8	(3.045)	11
Tributos a recuperar	(1.205)	159	(13.369)	(3.525)
Outros contas a pagar	(620)	465	(2.163)	1.912
Impostos a recolher	1.379	(1.213)	1.379	(1.491)
Partes relacionadas	(1.686)	(632)	-	-
Fornecedores	(9.529)	7.036	(9.778)	8.367
Salários e encargos sociais	1.342	855	1.342	855
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	9.597	31.437	10.176	20.839
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	43.124	-	43.124	-
Pagamento de empréstimos	(13.710)	-	(13.710)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.181)	-	(1.181)	-
Pagamento de juros das debêntures	(18.965)	(4.730)	(18.965)	(4.730)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	9.268	(4.730)	9.268	(4.730)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(17.590)	(24.846)	(17.590)	(24.846)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	(17.590)	(24.846)	(17.590)	(24.846)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.275	1.861	1.854	(8.737)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.290	429	4.987	13.724
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.565	2.290	6.841	4.987
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.275	1.861	1.854	(8.737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma informado)

1. Contexto operacional

A Polo Films Indústria e Comércio S.A. “Companhia” é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e controlada 100% pela Mais Films Holding S.A., seu endereço comercial e na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750 18º andar, em São Paulo/SP e sua unidade industrial está localizada na Rodovia BR 386, Km 423, Distrito Industrial de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi constituída em 29 de agosto de 2016 e iniciou suas atividades em agosto de 2017, tendo por objeto social a industrialização e comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP), de embalagens e materiais plásticos em geral, a prestação de serviços relacionados com os seus produtos e participação em outras sociedades, civis ou industriais, a administração, e importação e exportação de bens próprios ou terceiros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõem que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações nos próximos exercícios.

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2019, prejuízos acumulados no montante de R\$ 453.860, no entanto parte deste prejuízo é decorrente da operação de venda de investimento no exercício de 2017. O prejuízo de 2019 tem forte impacto o reconhecimento dos juros das debêntures (vide Nota Explicativa nº 18), no entanto, parte destes juros não acarretam desembolsos imediatos de caixa, tendo sua obrigação no vencimento do contrato, havendo ainda a possibilidade de capitalização desta dívida.

Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em desacordo com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”), referente à índices financeiros, constantes em contratos de debêntures, que poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos. No entendimento da Companhia, com base nas tratativas com estas instituições financeiras, existe a expectativa de que tais instituições não solicitarão a antecipação destes passivos, motivo pelo qual optou pela não reclassificação para o passivo circulante o montante de R\$ 624.896.

2. Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2019, as entidades do grupo econômico são as seguintes:

Controladas	Nota explicativa	País	Participação acionária
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados Plásticos S.A	19	Brasil	100%

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com observâncias aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 14 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade dos Imóveis a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Tributos

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

4. Principais políticas contábeis

a) Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais compreende suas participações em controladas.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data da apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, classificados na categoria de aplicações financeiras e recebíveis.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros Companhia incluem principalmente fornecedores e contas a pagar. Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras pré-fixadas, e com baixo risco de variação no valor de mercado, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo do ativo imobilizado inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado com parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação com o valor contábil do item), são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou mesmo equipamentos relevantes. Paradas que ocorrem a cada período maior, são geralmente realizadas para a manutenção de plantas industriais como um todo. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os gastos com mão de obra própria, o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados no resultado, quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é conhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas anuais estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamento de computação	20% ao ano
Benfeitorias	4% ao ano
Instalações, ferramentas e instrumentos	10% ao ano
Peças e materiais de reposição	10% ao ano

f) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulante ou grupos mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantido para venda ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados.

g) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando: **(i)** a obrigação de performance ao transferir as mercadorias estiverem satisfeitas; **(ii)** for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

h) Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.

i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando da ocorrência de efeitos relevantes, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Impostos de renda e tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(iii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

k) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i)** A Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida, resultante de eventos passados;
- (ii)** É provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente;
- (iii)** quando o valor pode ser estimado com razoável segurança.

5. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis, de maneira que o arrendatário reconhecerá o direito de uso e a obrigação para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as características que estão no alcance da isenção da norma. A Companhia aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 considerando retrospectivamente o efeito cumulativo na data da adoção inicial. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamentos, ou seja, não foram considerados contratos cujo ativo subjacente foi considerado de baixo valor na data da adoção inicial.

A Companhia possui seis contratos de arrendamentos, dos quais um refere-se a aluguel de imóvel, três referem-se a aluguel de máquinas e equipamentos, um refere-se a aluguéis de veículos e um refere-se a aluguéis de itens utilizados nas instalações. Para este último, a Companhia utilizou o expediente prático de bens de baixo valor, logo não foi valorizado.

O prazo de arrendamento para o cálculo do IFRS 16 foram os explícitos nos contratos de arrendamento, conforme combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Os fluxos de pagamento do aluguel do imóvel e dos demais contratos de arrendamento valorizados, são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto incremental de 8,42% a.a. e 16,94% a.a., respectivamente, visto que melhor refletem a taxa a ser obtida pela Companhia para obter ativos similares, considerando prazos e garantias semelhantes aos contratos.

O impacto da adoção inicial do IFRS 16/ CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 está apresentado a seguir:

	Consolidado
Direito de uso de arrendamento	8.486
Passivos de arrendamento	8.486

Os impactos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram:

	Consolidado 2019
Ativo não circulante	
Direito de uso de arrendamento	8.486
Depreciação do direito de uso	(871)
Passivo circulante	
Financiamentos de curto prazo	2.063
Encargos financeiros a transcorrer de curto prazo	(1.156)
Total	907
Passivo não circulante	
Financiamentos de longo prazo	12.302
Encargos financeiros a transcorrer de longo prazo	(5.419)
Total	6.883

Os montantes reconhecidos no resultado do exercício decorrentes da aplicação da norma estão apresentados nas Notas Explicativas nº 23 – Custo da mercadoria vendida e nº 25 - Resultado financeiro líquido.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa em espécie	12	1	12	1
Contas correntes	3.080	2.200	6.356	4.897
Aplicação financeira	431	-	431	-
Disponibilidades em moeda estrangeira	42	89	42	89
Total	3.565	2.290	6.841	4.987

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados a taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber clientes MI	919	257	50.575	39.628
Contas a receber clientes ME	24.510	28.822	24.510	28.822
Contas a receber Partes Relacionadas (Nota nº 11)	99.002	62.556	-	-
Outras partes relacionadas (Nota nº 11)	220	220	220	220
(-) Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE)	-	(8.168)	-	(8.168)
(-) Perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(68)	(81)
Total	124.641	83.687	75.237	60.421
Ativo circulante	124.641	21.131	71.988	60.421
Ativo não circulante	-	62.556	3.249	-

A perspectiva de realização dos recebíveis é dada como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	91.826	31.549	64.173	46.450
Vencidos de 1 a 30 dias	25.372	11.407	5.402	16.072
Vencidos de 31 a 60 dias	4.932	2.656	305	3.578
Vencidos de 61 a 90 dias	434	1.255	175	748
Vencidos a mais de 90 dias	2.077	44.988	5.182	1.741
Total	124.641	91.855	75.237	68.589

Perdas para Crédito de Liquidação duvidosa (PCLD)

A Companhia efetuou com base nas novas normas (CPC48 e/ou IFRS 09), análises referentes a possível impacto sobre seus recebíveis. Visto a Companhia não possuir histórico de perdas e/ou inadimplência relevantes, a Administração julgou por não ser necessária constituição de PCLD na controladora, bem como julgou como suficiente a provisão ora constituída no consolidado.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matéria prima	10.680	15.169	10.680	15.168
Produtos acabados/mercadorias	9.620	12.713	21.703	21.220
Produtos em elaboração	3.352	3.993	3.352	3.993
Embalagem e auxiliares de produção	1.772	2.569	1.772	2.569
Almoxarifado	9.375	8.995	9.375	8.995
Material em terceiros	11.334	9.238	11.334	9.238
Material em trânsito	1.251	397	1.251	397
Material de reposição	7.491	6.648	7.491	6.648
(-) Provisão para perda em estoque	(667)	(29)	(667)	(607)
Total	54.208	59.693	66.291	67.621

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar	-	-	2.574	752
IPI a recuperar	-	-	9.278	3.697
Reintegra	613	475	613	475
PIS a recuperar	206	169	1.795	932
Cofins a recuperar	1.069	878	8.390	4.394
Outros tributos a recuperar	323	-	453	-
Ativo circulante	2.211	1.522	23.103	10.250
ICMS a recuperar Imobilizado	854	338	854	338
Ativo não circulante	854	338	854	338
Total	3.065	1.860	23.957	10.588

10. Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Planta desativada				
Terrenos	1.157	1.157	1.157	1.157
Edifícios industriais	1.880	1.880	1.880	1.880
Benfeitorias	43	43	43	43
Total	3.080	3.080	3.080	3.080

Dos ativos assumidos pela Companhia, foi recebida uma planta desativada na localidade de Varginha – MG, que a administração não tem intenção de uso e reclassificou a mesma para bens mantidos para venda no valor de R\$ 3.080.

Os bens destinados a venda, estão registrados pelo custo, líquidos de depreciação acumulada ou valor líquido estimado da realização, do dois o menor.

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a fornecedores	5.408	2.453	5.408	2.453
Despesas antecipadas	1.678	1.610	1.678	1.610
Outros créditos	409	387	409	387
Total	7.495	4.450	7.495	4.450

12. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

A Administração da Companhia, que contempla a diretoria, obteve como remuneração em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 2.003 (dois milhões e três mil reais) na controladora, registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e sua controlada não possuem outros tipos de remuneração ao pessoal-chave da Administração, tais como, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas:

	2019	2018
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota nº 6)		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	99.002	62.556
Polo Indústria e Comércio S/A	220	220
	99.222	62.776
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	2.318	632
	2.318	632
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota nº 13)		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	282	-
	282	-
Resultado do exercício		
Receita bruta (Nota nº 22)		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	461.675	448.917
	461.675	448.917
Custo das mercadorias vendidas		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	162	-
	162	-

Os saldos das transações entre partes relacionadas são decorrentes de vendas de produtos, visto que a controlada Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. revende os produtos industrializados pela Companhia. Essas transações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros.

13. Imobilizado

Custo do imobilizado	Controladora e Consolidado				
	2018		2019		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	60.585	-	-	-	60.585
Máquinas e equipamentos	345.390	-	-	22.709	368.099
Instalações, ferramentas e instrumentos	53.403	-	-	224	53.627
Móveis e utensílios	1.996	-	-	-	1.996
Equipamentos de computação	3.176	-	-	-	3.176
Terrenos	165	-	-	-	165
Benfeitorias	2.182	-	-	-	2.182
Softwares	27	-	-	1.045	1.072
Obras em andamento	21.478	17.591	-	(23.978)	15.091
Direito de uso - IFRS 16	-	8.486	-	-	8.486
Total	488.402	17.590	-	-	514.479

Depreciação	Controladora e Consolidado				
	2018		2019		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Edificações	(39.462)	(1.331)	-	-	(40.793)
Máquinas e equipamentos	(229.037)	(22.773)	-	-	(251.810)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(38.490)	(3.351)	-	-	(41.841)
Móveis e utensílios	(1.772)	(42)	-	-	(1.814)
Equipamentos de computação	(2.048)	(279)	-	-	(2.327)
Benfeitorias	(705)	(64)	-	-	(769)
Softwares	-	(4)	-	-	(4)
Direito de uso - IFRS 16	-	(871)	-	-	(871)
Total	(311.514)	(28.715)	-	-	(340.229)
Saldo líquido do ativo imobilizado	176.888	(2.638)	-	-	174.250

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	35.774	44.695	36.935	45.823
Fornecedores estrangeiros	3.930	4.820	3.930	4.820
Fornecedores partes relacionadas	282	-	-	-
Total	39.986	49.515	40.865	50.643

15. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IPi a recolher	3.507	2.677	3.507	2.677
ICMS a recolher	1.206	632	1.206	632
Outros impostos	57	82	57	82
Total	4.770	3.391	4.770	3.391

16. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de férias	2.154	1.935	2.154	1.935
Provisão de encargos sociais sobre férias	788	710	788	710
Provisão PPR	1.587	675	1.587	675
INSS a recolher	667	679	667	679
IRRF a recolher	328	271	328	271
FGTS a recolher	195	177	195	177
Outras obrigações trabalhistas	96	26	96	26
Total	5.815	4.473	5.815	4.473

17. Empréstimos e financiamentos

	% - taxa média	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ACC	8% a.a.	17.913	-	17.913	-
CCE/CCB	De 7,89% a.a a 11,06% a.a	13.000	-	13.000	-
FINIMP	5,63% a.a.	1.854	-	1.854	-
Total		32.767	-	32.767	-
Passivo circulante		30.913	-	30.913	-
Passivo não circulante		1.854	-	1.854	-

18. Debêntures

Descrição	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Debêntures PLIN (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1º de outubro de 2027	249.947	88.891	90.086	88.891	90.086
Debêntures PORG (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1º de outubro de 2027	331.281	117.805	119.349	117.805	119.349
Total				206.696	209.435	206.696	209.435
Circulante				32.800	19.539	32.800	19.539
Não circulante				173.896	189.896	173.896	189.896

As principais características das debêntures são apresentadas a seguir:

Título de dívida	Emissão	Vencimentos	Indexador	Quantidade	Valor	Amortizações	Garantias
Debêntures				248.251	282.857		
1ª Série		01/10/2024		27.081	28.776	Mensalmente a partir de 01/11/2018	Penhor de ações Polo Films, hipoteca do imóvel de Varginha, hipoteca do imóvel de Montenegro, cessão fiduciária de direitos creditórios - Sul Rio-Grandense e cessão fiduciária de direitos creditórios - Polo Films. Adicionalmente fiança pela Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.
2ª Série	21/06/2017	01/10/2027	CDI+2% a.a.	54.162	60.115		
3ª Série		01/10/2027		68.975	80.108		
4ª Série		01/10/2027		98.033	103.858		
Debêntures				329.313	374.840		
1ª Série		01/10/2024		35.925	38.163	Mensalmente a partir de 01/11/2018	Penhor de ações Polo Films, hipoteca do imóvel de Varginha, hipoteca do imóvel de Montenegro, cessão fiduciária de direitos creditórios - Sul Riograndense e cessão fiduciária de direitos creditórios - Polo Films. Adicionalmente fiança pela Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.
2ª Série	21/06/2017	01/10/2027	CDI+2% a.a.	71.847	79.642		
3ª Série		01/10/2027		78.321	90.868		
4ª Série		01/10/2027		143.220	166.166		

Abaixo demonstramos a movimentação de saldo das debêntures:

Movimentação das debêntures	31/12/2018		Apropriação de juros	Aporte de Capital	Pagamento de principal	31/12/2019	
	Saldo inicial					Saldo final	
Debêntures 1ª Emissão	90.086		20.595	(10.969)	10.821		88.891
Debêntures 2ª Emissão	119.349		21.135	(14.535)	8.144		117.805
Total movimentação	209.435		41.730	(25.504)	18.965		206.696

Movimentação das debêntures	31/12/2017		Apropriação de juros	Aporte de capital	Pagamento de principal	31/12/2018	
	Saldo inicial					Saldo final	
Debêntures 1ª Emissão	256.304		18.814	(182.998)	(2.034)		90.086
Debêntures 2ª Emissão	339.616		24.929	(242.499)	(2.696)		119.349
Total movimentação	595.920		43.743	(425.497)	(4.730)		209.435

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2019, o financiamento proveniente da emissão de sua segunda Debênture possuía as seguintes cláusulas restritivas:

Vencimento antecipado e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo;

- a. Inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias pela emissora aos debenturistas;
- b. Decretação de vencimento antecipado de quaisquer outros instrumentos financeiros que somadas superem R\$ 3 milhões ou, individualmente, supere R\$ 2 milhões;
- c. Atribuição de materialidade incorreta para as garantias;
- d. Alienação de bens que ultrapasse 10% do total de ativos ou R\$ 5 milhões de reais sem a anuência prévia dos debenturistas;
- e. Cisão, fusão ou incorporação sem anuência prévia dos debenturistas;
- f. Modificações no controle societário;
- g. Redução de capital social;
- h. Protesto de títulos com valor individual ou somado maior que R\$ 3 milhões;
- i. Solicitação por parte da Emissora de moratória, suspensão de pagamento, recuperação judicial, extrajudicial ou falência;
- j. Encerramento das atividades empresariais;
- k. Mudança relevante de condições econômicas, conforme Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.
- l. No caso da irregularidade no uso do Imóvel de Varginha e/ou Imóvel de Montenegro

Conforme 5º Aditamento a escritura de emissão da debênture, a Companhia é requerida a apresentar os índices financeiros, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, relativas a 31 de dezembro de 2019.

Covenants financeiros de "Dívida Líquida/Ebitda" que não poderá ser superior a 4,5 (quatro inteiros e uma metade); e de Dívida Máxima que não poderá exceder 200 milhões. Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorreu em descumprimento dos *covenants* relacionados a índices, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras provisões	799	1.048	799	1.048
Provisão de fretes	1.723	978	2.227	2.586
Fornecedores de imobilizado	96	302	96	302
Adiantamentos de clientes	863	1.850	935	2.405
Outras contas a pagar	643	566	686	566
Total	4.124	4.744	4.743	6.907

20. Provisão para perda de investimento

Investimento em controlada

Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.

Movimentação	2019	2018
Participação inicial na data de aquisição	-	892
Equivalência patrimonial	9.134	6.945
Provisão para perda em investimento	19.969	7.836

Composição do investimento

	Capital social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo da investida	Resultado da investida	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2019	Proporcional Polo Films	Valor em 31 de dezembro de 2019
(Sul Rio Grandense)	1	1.000	100%	86.131	(9.134)	(16.969)	(9.134)	(9.134)

21. Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais junto a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos, sendo que as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a contabilização dos riscos de perda considerados com prováveis pelos assessores jurídicos ou pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é parte envolvida em contingências de natureza trabalhista, para as quais os assessores jurídicos reputam com possível a expectativa de perda e, desta forma, não estão provisionadas nas demonstrações financeiras no valor de R\$ 913 (R\$0 em 2018). A controlada Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. não possuía nenhuma causa, bem com sua Administração não havia conhecimento de nenhum litígio envolvendo a mesma.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 642 (seiscentos e quarenta e dois mil reais), composto por 642 (seiscentos e quarenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. No total a Companhia passa a ter um total de 651 (seiscentos e cinquenta e um mil) ações ordinárias nominativas, sendo que nove mil ações estão a integralizar.

Atualmente 100% das ações da Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A pertencem a sua acionista Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Empresa	Ações ordinárias	Valor (reais)
Polo Films Indústria e Comércio S.A.	1.000	1
Total	1.000	1

22.2. Reserva de capital

Referem-se às parcelas de incentivos fiscais apuradas e acumuladas até 31 de dezembro de 2019.

22.3. Bônus de subscrição

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1ª de setembro de 2017 foram emitidos 383.066 Bônus de Subscrição pela Companhia, se exercidos integralmente, darão direito aos titulares em conjunto a deter um total de 88% do capital social total e votante da Companhia após a emissão das ações em decorrência do exercício dos direitos conferidos pelos respectivos Bônus de Subscrição (Percentual Capital). Na data de emissão o percentual do capital é representado por 4.774.220. A opção de seus titulares poderá ser exercida no período que se inicia na presente data e se encerra após o prazo de 15 anos contados da data de emissão do Bônus de Subscrição. Esses Bônus referem-se as debêntures de série Junior emitidas cujo preço será apurado pelo preço de emissão por cada nova ação – R\$ 80,92x taxa de correção que se refere a 100% do CDI.

22.4. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2019, está registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 451.000 (quatrocentos e cinquenta e um milhões de reais), referentes a 388.549 debêntures, que deverão ser convertidas em capital no prazo de vencimento das mesmas.

23. Receita líquida

As receitas do grupo são oriundas da comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP) de embalagens e materiais plásticos em geral, sua composição é dada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Venda de produtos - mercado interno	11.555	10.181	473.340	478.535
Venda de produtos - mercado externo	136.938	101.241	136.938	101.241
Venda de produtos - partes relacionadas (Nota nº 11)	461.675	448.917	-	-
Receita bruta	610.168	560.339	610.278	579.776
Impostos sobre vendas	(140.075)	(135.529)	(128.420)	(130.708)
Incentivo fiscal	24.027	25.451	24.027	25.451
Despesas armazenagem/outras	(11.091)	(9.798)	(14.176)	(13.572)
Deduções	(127.139)	(119.876)	(118.569)	(118.829)
Receita líquida	483.029	440.463	491.709	460.947

24. Custos das mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos de materiais	(406.487)	(380.059)	(402.582)	(382.578)
Custos logísticos	(2.345)	(3.057)	(11.720)	(3.058)
Fretes sobre vendas	(5.168)	(4.862)	(5.168)	(15.350)
Depreciações	(28.473)	(28.439)	(28.473)	(28.439)
(Perdas) reversões em estoques	12	(29)	668	(607)
Total	(442.461)	(416.446)	(447.275)	(430.032)

25. Despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesa por função				
Despesas com vendas	(11.398)	(8.128)	(12.392)	(8.991)
Despesas gerais e administrativas	(4.514)	(10.231)	(4.546)	(10.317)
Outras receitas e (despesas)	7.718	8.638	468	(173)
Total de despesas por função	(8.194)	(9.721)	(16.470)	(19.481)
Despesas por natureza				
Pessoal	(9.602)	(9.390)	(9.602)	(9.390)
Comissões de vendas	(2.468)	(1.716)	(2.468)	(1.716)
Amostras	(1.022)	(653)	(1.022)	(1.351)
Manutenção adm. e comercial	(1)	(18)	(1)	(18)
Materiais indiretos adm. e comercial	(29)	(21)	(29)	(21)
Serviços terceiros adm. e comercial	(1.035)	(4.204)	(1.035)	(4.204)
Gastos gerais adm. e comercial	(1.113)	(960)	(1.113)	(4.289)
Ganhos na venda de imobilizado	33	1.058	33	1.058
Outros resultados não operacionais	-	(422)	-	(422)
Receita/despesa corporativa <i>intercompany</i>	7.632	8.550	-	-
Outros	(589)	(1.945)	(1.233)	872
Baixa de investimento	-	-	-	-
Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza	(8.194)	(9.721)	(16.470)	(19.481)

As receitas/despesas corporativas *intercompany* referem-se a notas de débito transacionadas entre a Companhia e sua controlada derivadas de rateio de despesas corporativas.

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	-	55
Varição cambial ativa	186	4.367	186	4.367
Juros ativos	74	182	413	884
	260	4.549	599	5.306
Despesas financeiras				
Juros passivos	(45.083)	(43.767)	(49.837)	(48.111)
Juros de arrendamento - IFRS 16	(485)	-	(485)	-
Varição cambial passiva	(435)	(1.704)	(435)	(1.703)
Despesas bancárias	(859)	(304)	(1.084)	(364)
Outras despesas	(1.621)	(651)	(1.705)	(741)
	(48.483)	(46.426)	(53.546)	(50.919)
Resultado financeiro líquido	(48.223)	(41.877)	(52.947)	(45.613)

27. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto corrente e imposto diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.983)	(34.526)	(24.983)	(34.179)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	8.494	11.739	8.494	11.621
Prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos no exercício	(8.494)	(11.739)	(8.494)	(11.621)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	(2)	-	(2)	-
Total IRPJ/CSLL	(2)	-	(2)	-
Alíquota efetiva	0%	-	0%	-

28. Instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contra parte das suas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos, atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

b) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

c) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

d) Risco de juros

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de variação de taxa de juros (CDI). Com base em projeções de índices para 2019 divulgadas no mercado, a Companhia considerou essas informações para o cenário provável.

Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	2,98%	4,47%	5,96%	7,45%	8,94%
IPCA	2,16%	3,23%	4,31%	5,39%	6,47%
IGPM	3,66%	5,49%	7,32%	9,15%	10,98%

Ativos e passivos líquidos	Saldo líquido 31/12/2019	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	980.573	29.221	43.831	58.441	73.051	87.662
IPCA						
IGPM						
Total	980.573	29.221	43.831	58.441	73.051	87.662

Saldos nas demonstrações financeiras consolidadas	CDI			IPCA		IGPM	Sem indexador
Caixa e equivalentes de caixa		3.565	3.777	-	-	-	3.565
Contas a receber de clientes		124.641	132.069	-	-	-	124.641
Estoques		54.208	57.439	-	-	-	54.208
Total dos ativos com riscos financeiros		182.414	193.286	-	-	-	182.414
Fornecedores e partes relacionadas		39.986	42.369	-	-	-	39.986
Empréstimos e financiamentos		239.463	253.765	-	-	-	239.463
Passivo de arrendamento		7.790	8.254	-	-	-	7.790
Obrigações por capital subscrito a integralizar		451.642	478.559	-	-	-	451.642
Outras contas a pagar		4.124	4.370	-	-	-	4.124
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Total dos passivos com riscos financeiros		735.005	787.318	-	-	-	735.005
Total dos ativos e passivos líquidos com riscos financeiros		925.419	980.604	-	-	-	925.419

29. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

- Transportes nacionais – R\$ 800.000,00;
- Responsabilidade civil geral – R\$ 5.000.000,00;
- Responsabilidade civil D&O – R\$ 20.000.000,00;
- Sociedade empresarial – R\$ 484.500.000,00;
- Danos Materiais - R\$ 382.500.000,00;
- Lucros Cessantes - R\$ 102.000.000,00.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

30. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 (“Coronavírus”) nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do COVID-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.

* * *